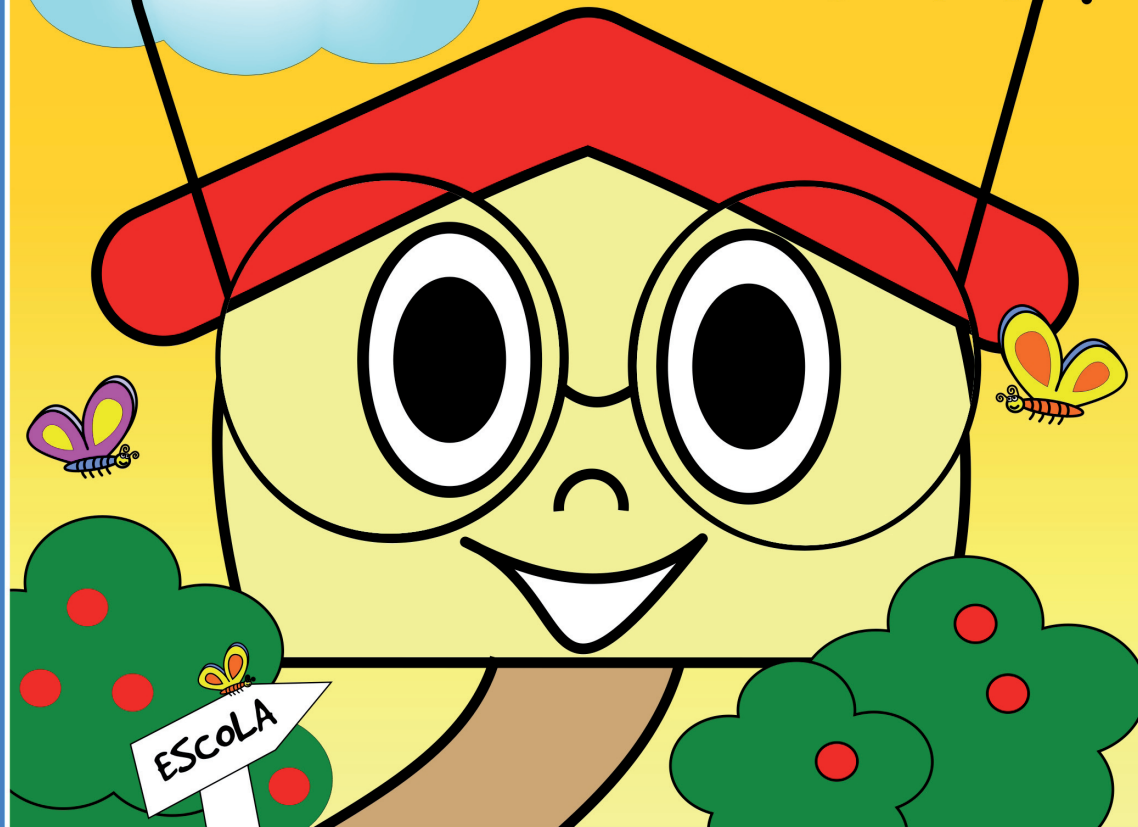




# Educação

## LEGAL e REAL



Escola é...



O lugar onde se faz amigos.  
Não se trata só de prédios, quadros, programas, horário, conceitos...  
Escola é; sobretudo, gente. Gente que trabalha; gente que estuda,  
se alegra, se conhece, se estima.  
O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente,  
o aluno é gente, cada funcionário é gente.  
E a escola será cada vez melhor, na medida em que cada ser se comporte  
como colega, como irmão.  
Nada de “ilha” cercada de gente por todos os lados.  
Nada de conviver com as pessoas e,  
descobrir que não tem amizade a ninguém.  
Nada de ser como tijolo que forma parede, indiferente, frio, só...  
Importante na escola não é só estudar, é também criar laços de amizade, é  
criar ambiente de camaradagem,  
é conviver, é ser amarrado nela.  
Ora, é lógico...  
Numa escola assim vai ser fácil estudar, crescer, fazer amigos, educar-se,  
**SER FELIZ.**  
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

(Paulo Freire)

## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Abdiel Ramos Figueira**

Procurador Geral de Justiça do Estado de Rondônia

**Marcos Valério Tessila de Melo**

Promotor de Justiça - Diretor do CAO/INF

Equipe Técnica do CAO/INF

**Ana Lúcia Cortez de Medeiros**

Pedagoga

**Cristiana Gomes Rodrigues**

Licenciada em Letras

**Daniela Bentes de Freitas**

Psicóloga

**Emeriana Silva**

Assistente Social

Colaboradora

**Sylvia Helena Almeida de Barros**

Assistente Jurídica da 9ª Promotoria da Infância e Juventude

Design e Projeto Gráfico

**Leila Mara de Souza Lima**

Impressão

**SEGRAF - Seção Gráfica/MP**

Impressor

**Joel Lopes de Oliveira**



## **Apresentação**

O Ministério Público do Estado de Rondônia, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e da Defesa dos Usuários dos Serviços de Educação, numa perspectiva de desmistificar a idéia de que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei permissiva contemplativa apenas de direitos, vem contribuir para a conscientização de que somos iguais perante a lei em direitos e deveres.

A referida Cartilha, estendida àqueles que fazem parte do contexto escolar e da comunidade em geral, tem o propósito de difundir os direitos e deveres inerentes à educação, alicerce vital para que tenhamos um mundo melhor e que nossas crianças e jovens alcancem à legal e real cidadania.

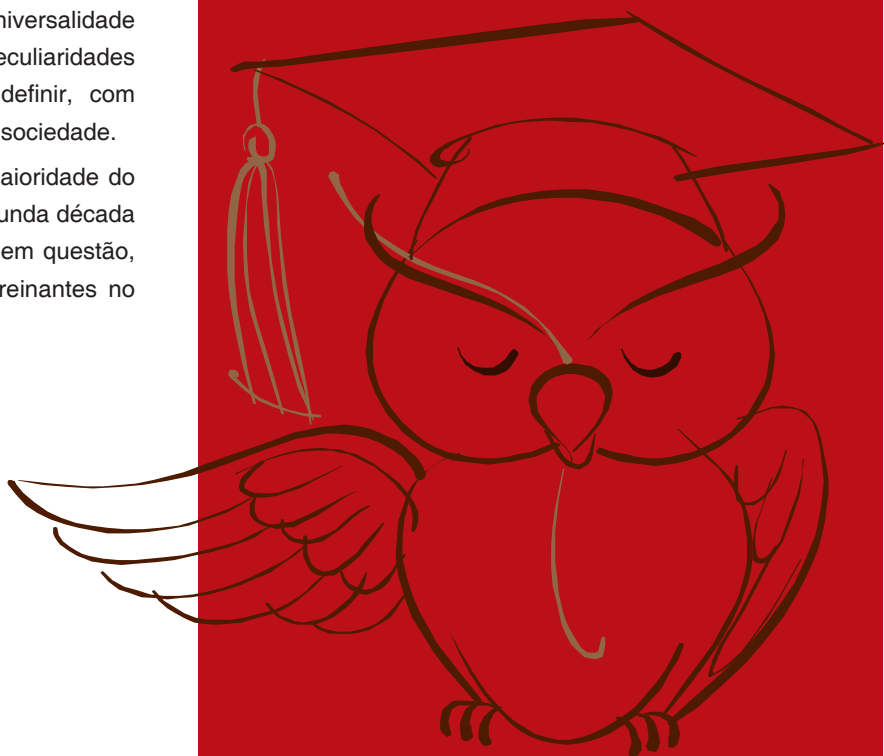
A didática do trabalho tem a finalidade de envolver o leitor, em geral jovem em formação, na universalidade dos direitos e deveres. Considerando as peculiaridades reinantes no ambiente escolar, buscando definir, com clareza, os limites inerentes à convivência em sociedade.

No ano em que se comemora a maioria do Estatuto da Criança e do Adolescente e a segunda década da Constituição Federal, surge a abordagem em questão, fruto do construtivismo legislativo e cultural reinantes no Brasil.

Boa leitura a todos.

Porto Velho, setembro de 2008.

**Marcos Valério Tessila de Melo**  
Promotor de Justiça  
Diretor do CAO-INF



# Direitos Fundamentais:

Direito à vida e à saúde;

Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade;

Direito à convivência familiar e comunitária;

Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

# A educação como direito fundamental, deve ser estruturada e compartilhada, entre Estado, família e sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal Nº 8.069/90, contempla Direitos e Deveres, precisamos demonstrar às nossas crianças e jovens que em cada local que venham a frequentar, existem regras e limites.

Artigo 2º - Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.



E aqui vamos tratar do Direito à Educação e dos deveres de todos os envolvidos nesse processo:

Constituição Federal em seu artigo 227 determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, dentre outros direitos, a educação, que foi consagrado como um direito social (artigo 6º da CF/88). Com isso, o Estado passou formalmente a ter a obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros.

É importante ressaltar, que o Poder Público não é o único responsável pela garantia desse direito. Conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal<sup>1</sup>, a educação também é dever da família e à sociedade cabe promover, incentivar e colaborar proativamente para a realização desse direito.

Com relação às crianças e aos adolescentes, especificamente, tanto a Constituição Federal (artigo 227, CF/88) como o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4º da Lei 8.069/90) prevêm que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os seus direitos fundamentais, dentre eles se inclui a educação, com absoluta prioridade.



---

<sup>1</sup> Da Educação: Artigos 205 a 214 - CF

Além da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>2</sup>, de 1990, existe ainda a lei que regulamenta o direito à Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que expressa a política e o planejamento educacionais do país.



Art. 53 do ECA- A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

igualdade de condições  
para o acesso e  
permanência na escola

direito de contestar os critérios  
de avaliação, podendo recorrer  
às instâncias escolares  
superiores.

direito a organização  
e participação em  
entidades estudantis

direito de ser respeitado  
por seus educadores

acesso à escola pública  
e gratuita próxima de sua  
residência

---

<sup>2</sup> Artigos 53 a 59 - ECA





Art. 6º da LDB – É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos filhos menores, a partir dos 6 anos de idade, no ensino fundamental” (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005).

Art. 22 do ECA – Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe no art. 55: “*Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.*”

Dispõe ainda, no Título IV, das medidas pertinentes aos pais ou responsável.

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

(...)

V – Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar.

A família é um dos três eixos de promoção do direito à Educação. Os pais são responsáveis pela matrícula dos seus filhos nas instituições de ensino e garantir a permanência deles (art. 55 do ECA). Inclusive, alguns programas públicos de distribuição de renda condicionam o benefício à freqüência escolar dos jovens sob tutela dos pais, atestando a família como principal incentivadora dos estudos.

Evidente, portanto, que, além de ser uma atribuição do Estado, que tem o dever de zelar pela freqüência escolar (art. 54, parágrafo 3º, ECA), a responsabilização pela matrícula e acompanhamento das crianças e jovens no ensino fundamental é compartilhada com a família (pais e responsáveis).

O descumprimento destes deveres pode ser identificado como: crime de abandono intelectual<sup>3</sup>, infração administrativa<sup>4</sup>, ou finalmente, instauração de processo para suspensão ou perda do poder familiar<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Artigo 246 do Código Penal

<sup>4</sup> Artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente

<sup>5</sup> Por descumprimento do Art. 22, ECA e 1637/ 1638 do Código Civil

## É dever do Estado assegurar à Criança e ao Adolescente:

- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- ampliar gradativamente a oferta do ensino médio;
- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino;
- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística;
- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- atendimento no ensino fundamental, através de programas que garantam material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

### **É responsabilidade dos Estabelecimentos de Ensino (Art. 12 da Lei 9.394/96 - LDB)**

Art. 12, da LDB - “Os estabelecimentos de Ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

# Todos Iguais em Direitos e Deveres

VII – Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VIII – Notificar ao Conselho Tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.9.2001)

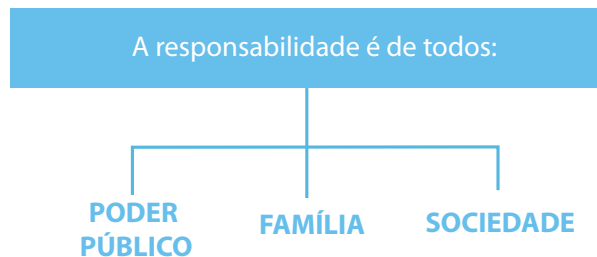
Responsabilidades dos dirigentes de Estabelecimentos de Ensino – Art. 56 do ECA.

## Comunicar ao Conselho Tutelar os casos de:

I – maus-tratos envolvendo seus alunos;

II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III – elevados níveis de repetência.



## TODOS IGUAIS EM DIREITOS E DEVERES

A Constituição Federal dispõe no art. 5º, inciso I, que:

***“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros... a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, nos seguintes termos: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.***

# Assim como temos direitos, também temos deveres, inclusive crianças e adolescentes.

Crianças e adolescentes são sujeitos dos mesmos direitos que os demais cidadãos, assim como possuem deveres, principalmente o dever de respeitar o direito do outro, que são iguais aos seus, uma vez que o direito ao respeito é natural de todo ser humano, independente de idade, sexo, raça, nacionalidade ou condição social.

A Constituição Federal dispõe em seu art. 205: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.*

O que também se encontra no art. 2º da LDB: *“A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.*

Como podemos perceber tanto a CF como a LDB, ao apontarem que a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania reforça a condição de cidadãos que devem ser respeitados por todos aqueles que têm a missão de educar, não somente restringindo aos conteúdos curriculares, mas também no sentido de contribuir para o seu pleno desenvolvimento, levando em consideração a sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, conforme o art. 6º do ECA.

A escola além de contribuir com a formação acadêmica dos alunos, tem a missão de educar, fazer os ajustes necessários e ajudá-los para que possam exercer a cidadania.

## REGIMENTO ESCOLAR

Toda escola deve ter o seu Regimento Escolar, documento legal de existência obrigatória, que materializa o princípio da Legalidade, devendo normatizar sua organização administrativa, pedagógica e as normas de convivência social.

Ele funciona como uma constituição devendo ser construído com a participação de toda comunidade escolar, é o exercício da democracia, para não ser entendido como imposição. É nesse contexto que deverão ser estabelecidas as normas de convivência social, que são as diretrizes e orientações da escola sobre os direitos e deveres tanto dos alunos quanto dos professores, do pessoal administrativo e dos gestores.

Portanto o Regimento Escolar deve ser claro e de conhecimento de todos da comunidade escolar para que possam exigir o seu cumprimento, conforme preconiza o princípio da Publicidade.

**“Formar o cidadão não é uma tarefa para um dia e, para contar com eles quando homens é preciso instruí-los ainda crianças”.**

Rousseau

## DISCIPLINA

A disciplina deve ser considerada como um conjunto de normas de convivência social, devendo ajudar a descobrir e cultivar os valores da pessoa e da comunidade, possibilitando o crescimento, o bem estar e o melhor relacionamento entre todos, colaborando para que possam exercer a liberdade com responsabilidade.

## INDISCIPLINA

**“Tolerar que o aluno viva sem disciplina, deixá-lo que cresça com seus defeitos e permitir-lhe que faça o que lhe apraz não é amá-lo nem respeitá-lo.”**

Marcelino Champagnat

A indisciplina é toda ação que vai além do limite do respeito à liberdade do outro. Atos de indisciplina são aqueles que interferem nos trabalhos e no convívio no âmbito escolar, causando prejuízo aos objetivos educativos a serem atingidos.

## NORMA DE CONVIVÊNCIA SOCIAL

As normas disciplinares, a serem aplicadas aos discentes, docentes e demais profissionais pertencentes à escola, não devem ser caracterizadas nem como permissivas, nem como repressoras, mas orientadas de maneira a solucionar situações que venham ocorrer em desacordo com as normas pré estabelecidas.

Tais normas devem estar imbuídas de responsabilidade, respeitando os princípios legais, contribuindo para um repensar dos atos e atitudes em prol do crescimento e do respeito mútuo. Estas devem ser coerentes com o processo educativo; formuladas e justificadas com bom senso e transparência; conhecidas e aprovadas por todos: pais, professores, alunos e demais profissionais, para que seu cumprimento possa ser exigido.

Regimento é a lei maior que regulamenta as ações no âmbito escolar, por isso, as normas disciplinares devem contemplar sanções pedagogicamente corretas, que jamais importem o aluno do Sistema Educacional ou em consequências destituídas de caráter educativo; devendo estar em consonância com a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

# Sanções são penalidades que devem ser aplicadas para todos os indivíduos que violam as leis.

Cabe salientar que, as sanções disciplinares previstas no Regimento Escolar não podem afrontar o princípio fundamental e constitucional, que assegura a todo cidadão, em especial crianças e adolescentes, o direito de “acesso, permanência e sucesso na escola”, o que implica, além de aprender os conteúdos, adquirir sociabilidade e exercer a real cidadania, conforme previsão expressa no art.53, inciso I da Lei nº 8.069/90, art.3º, inciso I, da Lei nº 9.394/96 e nos arts.205 e 206, inciso I, da Constituição Federal.

Por respeito a princípios constitucionais afetos a todo cidadão sujeito a uma sanção de qualquer natureza, a aplicação da sanção disciplinar ao aluno acusado da prática de ato de indisciplina não poderá ocorrer de forma sumária, sob pena de violação do contido no art.5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal<sup>6</sup>, que garante a todos o direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, através de procedimento formal.

É importante que qualquer aluno acusado da prática de ato de indisciplina, seja qual for sua idade, não apenas tenha o direito de tomar ciência formalmente (por escrito) da sua conduta, mas que em seguida lhe seja oportunizado o exercício ao contraditório e à ampla defesa, sendo a escola obrigada a solicitar o comparecimento dos pais ou responsáveis, no caso de criança ou adolescente, com a finalidade de assisti-lo e representá-lo.

Os casos de indisciplina praticados no âmbito escolar devem ser apreciados na esfera administrativa da escola, através do Conselho Escolar, órgão deliberativo, aplicando as sanções previstas no regimento escolar.

É salutar que a escola observe o princípio da proporcionalidade, o qual recomenda que as punições devem guardar uma relação de adequação com o ato cometido.



<sup>6</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

No ambiente escolar muitas vezes ocorrem situações, que em razão da própria conduta do aluno (atitudes contrárias as normas de Convivência Social estabelecidas no Regimento Interno, comportamentos abusivos e agressivos) que comprometem seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem e até relacional. Dessa forma é importantes que os pais ou responsáveis tenham consciência do dever de acompanhar e participar de todos os procedimentos adotados pela escola (inclusive , se necessário encaminhamento a outros profissionais), com a finalidade de contribuir para educar, integrar (estar junto), ajudando o aluno na sua socialização.

Contudo às vezes se faz necessário buscar outras alternativas, vislumbrando melhor salvaguardar o desenvolvimento da criança e do adolescente como pessoa e como cidadão, recomendando a família mudança de ambiente escolar, no entanto esta deve pautar-se na promoção e no bem estar do educando, oportunizando um novo ambiente, nova proposta pedagógica.

Não estamos aqui falando de mudança de escola como sanção, mas de medida educativa pedagógica, com a finalidade de buscar um ambiente com educadores preparados para acolhê-lo, atendê-lo e fazê-lo sentir-se respeitado em suas expectativas e limites, devendo todo o procedimento ser acompanhado por especialistas (orientador educacional e psicólogo).

Importante ressaltar, que essa mudança aconteça de forma consensual com o aval dos pais ou responsáveis legais e do educando se este for adolescente, não esquecendo de que tudo deve está devidamente registrado e assinado por todos os envolvidos na decisão.

É relevante deixar claro que a referida medida só venha acontecer, após a escola esgotar todos os recursos pedagógicos e que todos os procedimentos a serem utilizados estejam claramente explicitados no Regimento Escolar, municiado de todos os cuidados legais e pedagógicos necessários, objetivando resguardar a licitude da medida.

## ATO INFRACIONAL

Atos Infracionais, são todos aqueles caracterizados como condutas previstas como crime ou contravenção penal, conforme disposto no art.103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser analisado pela direção da escola com base na sua gravidade, para que seja realizado o encaminhamento correto.

Com isso, verifica-se que os casos de maior gravidade, praticados por adolescente, devem ser levados ao conhecimento da autoridade policial, para que esta providencie a elaboração do Boletim de Ocorrência e a requisição dos laudos necessários à comprovação da materialidade do fato, requisito imprescindível no caso de instauração de processo contra o adolescente, visando à aplicação de medida sócio-educativa.

**“As leis não bastam, os lírios não nascem das leis”.**

Carlos Drummond de Andrade

Portanto, toda infração prevista no Código Penal, na Lei de Contravenções Penais e Leis Penais esparsas (Lei do tóxico, porte de arma), quando praticado por criança ou adolescente, corresponde a um ato infracional, que de acordo com o princípio da legalidade, somente se verifica quanto à conduta do agente é tipificada como crime ou contravenção previsto na legislação vigente.

## Ato infracional praticado por criança

Se o ato infracional for praticado por criança (art. 105, da Lei 8.069/90) esta deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar ou, na ausência deste, Juizado da Infância e Juventude, para aplicação das medidas de proteção previstas no art. 101 do ECA .

## Ato infracional praticado por adolescente

Se o ato infracional for praticado por adolescente, deverá ser lavrado o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia, que providenciará os encaminhamentos ao Ministério Público e Justiça da Infância e Juventude, para aplicação das medidas socioeducativas previstas no art. 112 do ECA.

# CRIMES E CONTRAVENÇÕES

- **Crimes** são condutas ilícitas descritas nas legislações penais como tais e praticadas por pessoas que possuem ao menos 18 anos de idade.
- **Contravenções** são ilícitos menos graves que os crimes. Para ambos os ilícitos (crimes e contravenções), a legislação indica quais são as penas aplicáveis em caso de condenação.

## CRIMES

- **Dano** - Artigo 163, do Código Penal: “Destruir, inutilizar ou deteriorar a coisa alheia.”
- **Pixação** - Artigo 65, da Lei nº 9.605/98: “Pichar, grafitar ou por conspurcar outro meio, edificação ou monumento urbano”.



## ATENÇÃO !

Em se tratando de escolas públicas, o patrimônio será da União, Estado ou Município. Assim, o crime será de dano qualificado.



- **Porte de entorpecentes** - Art. 28. da Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2003 - de 2006 – “Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.”

- **Tráfico de Entorpecentes** - Art. 33. da Lei Nº 11.343, de 23 de 2006 - Agosto de “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.”



## FALANDO SÉRIO!

É importante salientar que o tráfico de substâncias entorpecentes realizados nas imediações de escolas, recai no artigo 33 c/c 40, III da Lei 11.343/2006.

- **Ameaça** - Art. 147 do Código Penal: “Ameaçar alguém por palavras escritas, gestos ou qualquer outro meio simbólico de causar mal injusto e grave”.

- **Lesão Corporal** - Art. 129 do Código Penal: “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.”

- **Rixa** - Art. 137 do Código Penal: “Participar de rixa, salvo para separar os contendores”.



**Rixa é a luta entre três ou mais pessoas, com violências físicas e recíprocas.**

- **Ato Obsceno** - Art. 233 do Código Penal: “Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público”.

**O ato obsceno tem conotação sexual e, portanto, é aquele que ofende ao pudor público.**

- **Corrupção de menores** - Art. 218 do Código Penal: “Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos, com ela praticar ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo”.

- **Atentado violento ao pudor** - Art. 214 do Código Penal: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”.

- **Estupro** - Art. 213 do Código Penal: “Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”.

## CONTRAVENÇÕES PENAIS

- **Importunação ofensiva ao pudor** - Art. 61 da Lei nº 3688/41: Importunar alguém, em lugar público, de modo ofensivo ao pudor”.

- **Vias de fato** - Art. 21 da Lei nº 3688/41: Praticar vias de fato contra alguém.

- **Arma branca** - Artigo 3º, inciso XI – “artefato cortante ou perfurante, normalmente constituído por peça em lâmina ou oblonga” - Decreto 3.665/2000.

# “Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade - Artigo 19 da Lei das Contravenções Penais, Decreto - Lei nº 3.688/41”

Portanto é proibido portar facas, canivetes, chuchos, armas de fabricação caseira e outros objetos cortantes ou perfurantes (pontagudos).



- **Embriaguez** - Art. 62: “Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, de modo que cause escândalo ou ponha em perigo a segurança própria ou alheia”.

- **Omissão de Comunicação de Crime:** “Art. 66 da Lei de Contravenções Penais: “Deixar de comunicar à autoridade competente: - crime de ação pública que teve conhecimento no exercício de função pública, desde que a ação penal não dependa de representação”.

- **Preconceito de raça ou de cor:** Arts. 1º e 20 da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989:

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97).

“Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97).



## ATENÇÃO!

Quaisquer dessas situações no ambiente escolar devem ser comunicadas a Direção da Escola que, deverá acionar o Conselho Tutelar, se o autor (a) do ato, tratar-se de criança .

Quando tratar-se de adolescente, em caso de flagrante acionar a Polícia Militar. Caso não haja flagrante a escola deverá registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia.

Sempre que os atos cometidos configurarem atos infracionais, devem ser apurados pelas autoridades competentes, para que os culpados sejam responsabilizados. Não é atribuição da escola, a investigação criminal e o julgamento dos autores, mas cabe a elas fazer a comunicação oficial, com registro de ocorrência na delegacia especializada (ou na mais próxima da escola) e em caso de flagrante acionar de imediato a Polícia Militar, evitando, assim, a impunidade.

Atuando dessa forma a escola estará agindo preventivamente, contribuindo para que não ocorram reincidências e evitando a reprodução da cultura do medo, a violência, o desrespeito e a falta de solidariedade no ambiente escolar.

Essas providências devem ser tomadas, independentemente das conseqüências na área administrativa escolar. Assim, quem cometeu ato infracional grave na escola, será responsabilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das sanções disciplinares a serem impostas pela Escola.



## **BULLYING**

O Bullying é uma palavra inglesa, uma forma de gerúndio, usada para definir um fenômeno, cujo autor é chamado de Bully, palavra esta que se traduz como “brigão” e “valentão”. O primeiro a relacionar a palavra ao fenômeno foi Dan Olweus, professor da Universidade de Noruega, ao pesquisar as tendências suicidas entre adolescentes, descobriu que a maioria foram submetidas às diversas formas de maus-tratos, ou seja, foram vítimas do Bullying e que este era um mal a combater.

O termo Bullying, compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas (apelidar, ofender, zoar, gozar, encarnar, sacanear, humilhar, fazer sofrer, discriminar, excluir, isolar, ignorar, intimidar, perseguir, assediar, aterrorizar, amedrontar, tyranizar, dominar, agredir, bater, chutar, empurrar, ferir, furtar, roubar, quebrar pertences), que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra

outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder.

Quem nunca foi zoadado ou zoado alguém na escola? Risadinhas, empurrões, fofocas, apelidos como “bolha”, “rolha de poço”, “magrelo”, “quatro-olhos”, “pgmeu”, “cabeção”. Todo mundo já testemunhou uma dessas “brincadeirinhas” ou foi vítima delas. Mas este comportamento, considerado normal por muitos pais, alunos e até educadores, muitas das vezes pode não ser inocente, por isso devemos estar atentos e trabalhar os valores, principalmente o respeito às diferenças.

As formas de maus-tratos mais utilizadas pelos praticantes do Bullying, são:

Força física (bater, chutar, beliscar); verbal (apelidar, zoar, xingar); moral (difamar, caluniar, discriminar); sexual (abusar, assediar, insinuar); psicológica (intimidar, ameaçar, perseguir); material (furar, roubar, destroçar pertences); e virtual – **cyberbullying** (ocorre através da intimidação eletrônica por celulares ou internet, em que os alunos utilizam mensagens e e-mails difamatórios, ameaçadores, assediadores e discriminatórios).

**Embora o nome Bullying, não se encontre qualificado no âmbito da legislação Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas as atitudes a que se refere o fenômeno configuram crime.**

**Artigo 146 do Código Penal:** *“Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda”.*

**Artigo 147 do Código Penal:** *“Ameaçar alguém, por palavra, escrita ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave”.*

**Artigo 5º da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente:** *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”.*

**Artigo 17 da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente:** *“O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.*

*“Todos desejamos que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver, ao máximo, os seus potenciais intelectuais e sociais. Portanto, não se pode admitir que sofram violências que lhes tragam danos físicos e/ou psicológicos, que testemunhem tais fatos e se cale para que não sejam também agredidos e acabem por achá-los banais ou, pior ainda, que diante da omissão e tolerância dos adultos, adotem comportamentos agressivos”. (NETO, 2005, p.165)*

**Autores de bullying:** São geralmente populares no meio escolar, usam de tais ações para afirmação de seu poder, dominação e persuasão, como também comumente aplicam tais punições apoiado por um grupo. Este grupo favorece também a dissolução da responsabilidade de tais violências. Tal agente pode ser visto como um sádico, que sente prazer e satisfação em dominar, controlar e causar danos e sofrimentos a outros. São pessoas com pouca empatia, gostam de estar em grupo e dentro deste serem admirados e temidos, exercendo sobre os demais uma liderança negativa.

**Vítimas de bullying:** costumam serem pessoas que não dispõem de meios físicos ou psicológicos para defender-se, baixa-estima, a qual se agrava pela indiferença dos adultos ao seu sofrimento, trocam de escola com frequência, abandonam os estudos, vivem isolados, passivos, tristes, depressivos, quietos e inseguros. Considera-se alvo a vítima do bullying. O indivíduo exposto, de forma repetida e por longo período, às ações negativas impostas por um ou mais alunos. Entende-se por ações negativas as situações em que alguém, de forma intencional e repetida, causa dano, fere ou incomoda outra pessoa.

Raramente revelam de forma espontânea seu sofrimento, seja por vergonha ou por temerem represálias ou ainda por desacreditarem nas atitudes favoráveis da escola. Só quebram o silêncio, quando se sentem seguros que serão ouvidos, respeitados e valorizados.

**Testemunhas do bullying:** são a maioria dos alunos da escola, que são obrigados a conviver diariamente com esta violência. Ficam calados, omissos, por medo de serem as próximas vítimas. A maioria dos alunos é apenas expectador de toda esta dinâmica. Costuma não envolver-se na defesa da vítima, por medo de serem os próximos alvos, tal passividade pode ser vista e tida pelos autores de bullying, como uma convivência e também como forma de afirmação do poder que impõem aos demais.

As medidas a serem adotadas pela escola para o controle do BULLYING, se bem aplicadas e envolvendo toda a comunidade escolar, contribuirão positivamente para a formação de uma cultura de não violência na sociedade.



**Nesse contexto é muito importante o papel da escola, mas junto com a família.**

## Tocar, educar, massagear e ouvir, é estreitar a distância do pensar, sentir, falar e agir. (Glorinha Brasil – 1979)<sup>7</sup>

A escola juntamente com a família deverá promover os ajustamentos necessários as crianças e adolescentes, tornando-os conscientes dos seus direitos e deveres, adotando sempre a aplicação de medidas educativas pedagógicas, que especifique estratégias de prevenção e intervenção, sendo necessário considerar todos os aspectos do seu desenvolvimento psicossocial.

Lembrando que em hipótese alguma, a escola pode excluir o educando (suspensão, transferência compulsória) como medidas disciplinares, pois tais medidas não encontram justificativas nem no campo pedagógico, nem no campo jurídico, uma vez que, a garantia de acesso e de permanência, significa que todos têm direito de ingressar na escola, sem distinção de qualquer natureza, não podendo ser impedida a permanência de quem teve o acesso.

Considerando a escola um local de diversidade, que enfrenta diversos problemas no seu cotidiano, que estes sejam encarados como desafio e não como uma afronta, devendo os educadores utilizar-se do diálogo e bom senso, daí a necessidade da escola já ter definido e incorporado por todos, qual sua concepção de homem, de sociedade, de escola. Por isso, é preciso que a convivência no cotidiano escolar, seja saudável, respeitosa, pautada nos valores, de modo que os educandos possam compreendê-los e vivenciá-los.

Para os educadores a premissa da inclusão deve ser a regra mais importante dos seus deveres, pois os valores (amor, cooperação, felicidade, honestidade, humildade, liberdade, paz, respeito, responsabilidade, simplicidade, tolerância, união) devem permear todo o currículo e estarem presentes em todas as relações internas da escola, para que diante dos problemas que possam ocorrer no transcurso da práxis pedagógica, sejam enfrentados com ética, respeito, competência e participação democrática.

Não basta ensinar os valores somente com conceitos, mas sim vivenciá-los na prática, principalmente na relação professor-aluno, pois é nos quadrantes das salas de aula, no enfrentamento diário, que os valores ou a falta deles, se concretizam com maior força.

Por isso é urgente que os educadores reconheçam o importante papel que desempenham na formação de crianças e adolescentes, e conseqüentemente no exercício da cidadania legal e real.

---

<sup>7</sup> Maria da Glória Gomes da Silva do Reis - Psicopedagoga da Rede Estadual de Ensino.

O projeto da escola depende da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espço, isto é, com o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa “lançar-se para frente” ante ver um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar. Moacir Gadotti

É explícita a necessidade que na escola se estabeleça uma diretriz disciplinar de base pedagógica ampla, que combine encaminhamentos preventivos e interventivos, mas que esta venha acompanhada de autoridade humanista, tendo como finalidade o desenvolvimento da pessoa, respeitando-a nas suas peculiaridades e na sua liberdade, com fins de orientar a própria cultura daquilo que a comunidade escolar deseja em termos de desenvolvimento disciplinar, legitimada por essa, consoante com o seu Projeto Político Pedagógico e com a legislação em vigor.

A gestão da escola deve ser participativa, democrática real, possibilitando a participação de todos: pais, professores, alunos e demais funcionários, ter seus colegiados constituídos (Conselho Escolar<sup>8</sup>, Grêmio Estudantil<sup>9</sup>), garantindo-lhes direito de voz e voto dos integrantes, para que a gestão seja o mais transparente possível.

O grande desafio é trabalhar de forma humanista, numa perspectiva de inclusão. Precisamos acreditar que a partir das práticas inclusivas, onde o cuidar, a cooperação, a responsabilidade, a solidariedade, o acolhimento, a compreensão do diferente e acima de tudo de respeito e amor ao próximo sirvam de balizas para uma cultura de valorização do ser, só assim teremos escolas mais solidárias e fraternas, lugares onde nossas crianças e jovens, sintam vontade de estar e permanecer.

A escola cabe assegurar a responsabilidade que lhe compete, a de garantir o direito de todos que forem matriculados a sua permanência e sucesso, objetivando o acesso ao conhecimento, capacitando-os para contextualizar frente à realidade vivenciada, promovendo ações pedagógicas para o seu pleno desenvolvimento como pessoa e preparo ao exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho, aos profissionais em educação o direito de trabalhar e ministrar as suas aulas, com condições dignas de trabalho; e ao Poder Público, no que lhe compete, proporcionar essas condições.

---

<sup>8</sup> Conselhos Escolares são colegiados que representam as comunidades escolares, que têm funções deliberativas, consultivas, fiscalizadora e de mobilização e são co-responsáveis pela gestão administrativa, financeira e político-pedagógica condizentes com as necessidades e as potencialidades da escola. Sua composição é variável, mas leva em conta a representação de todos os segmentos envolvidos com o ambiente escolar. Artigo 14, inciso II - Lei nº 9.394/96 - LDB

<sup>9</sup> Grêmio Estudantil é uma entidade autônoma, criada e dirigida pelos alunos de uma mesma escola, e exerce relevante papel na implementação da gestão democrática no espaço escolar, competindo-lhe levar à frente as lutas dos estudantes pela melhoria da qualidade do ensino e zelar pela tomada de decisão coletiva. É importante lembrar que a livre agremiação estudantil nos estabelecimentos de ensino públicos e privados está assegurada na Lei Federal nº 7.398/85.



A faint, light brown line drawing of a graduation cap (mortarboard) with a tassel on the left side. Behind the cap, there is a large, stylized outline of a bird, possibly an owl, with its wings spread and its head turned slightly to the right. The bird's features are simple, with large eyes and a small beak.

## Para os que sonham

Pois, sem esperança, a vida não existe...

Para os que olham o horizonte,  
Pois, sem futuro, não há aprendizagem...

Para os que acreditam,  
Pois, sem fé, não há construção

Para os que semeiam,  
Pois, sem plantação, nada vai brotar...

Para os que lutam por uma escola-cidadã,  
Pois sem educação, fica distante o amanhã...

Moacir Alves Carneiro

# Referências Bibliográficas

## **Constituição Federal de 1988**

Lei Federal Nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei Federal Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei Nº 7.716/89 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

LEI Nº 9.605, DE 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Decreto – lei NO 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

Decreto – Lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais

NETO, A. A. Lopes. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. Jornal de Pediatria. Rio de Janeiro, 2005, pags. 164-172.

AQUINO, Júlio Groppa . Indisciplina na escola. Alternativas Teóricas e Práticas. 4º edição. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

... numa escola assim vai  
ser fácil estudar, crescer,  
fazer amigos, educar-se,  
**SER FELIZ.**





Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e  
da Defesa dos Usuários dos Serviços de Educação

**CAO/INF**

